



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 20/2014

----- Aos trinta e um dias do mês de outubro do ano dois mil e catorze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 17/2014 referente à reunião ordinária de 12 de setembro. -----

----- Aprovada a ata n.º 17/2014 por unanimidade dos presentes. -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Trezentos e dezanove mil, setenta e dois euros e vinte e quatro cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: cento e sessenta e nove mil, seiscentos e quarenta e três euros e cinquenta e cinco cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **JORGE MIGUEL DISTINGUIDO PELA ASSOCIAÇÃO EUROPEIA DE ATLETISMO** -----

----- **RELATÓRIO SEMESTRAL DO REVISOR DE CONTAS DA DESMOR, S.A.** -----

----- **RELATÓRIO E CONTAS DO 1º SEMESTRE 2014 DA ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR** -----

----- **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR – 3º TRIMESTRE 2014** -----

----- **INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA SEMESTRAL DO MUNICÍPIO** -----

----- PROGRAMA DO FERIADO MUNICIPAL -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos apresentando também, desde logo, um voto de louvor a Jorge Miguel (anexo 1). -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Disse ser uma homenagem justíssima e que é uma honra para Rio Maior o trabalho feito pelo Jorge Miguel que faz história, recordando que em boa hora o Dr. Silvino Sequeira o trouxe para trabalhar na Câmara Municipal de Rio Maior e está à vista o seu trabalho notável. -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por fazer votos de saúde e sucesso neste primeiro ano de mandato porque certamente o sucesso do executivo municipal será o do povo de Rio Maior. -----

----- Em relação ao voto de louvor sugeriu a substituição da palavra colaborador por trabalhador e ainda que seja retirado o adjectivo pequeno para descrever Rio Maior, porque este é suficientemente grande a nível desportivo e é provavelmente o único sítio do mundo onde vinte e dois mil habitantes conseguem dar tantos atletas para jogos olímpicos. Disse que teve a felicidade de trabalhar com o Jorge Miguel durante dez anos, quando foi dirigente do Clube de Natação de Rio Maior, caracterizando-o como um homem muito especial para o bom e para o mau e com uma particularidade extremamente decisiva quem quer singrar na vida, que é o seu projeto, a sua determinação e a sua enorme capacidade de trabalho. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Com as duas alterações sugeridas colocou o voto de louvor à votação. -----

----- Colocado a votação, o Voto de Louvor a Jorge Miguel foi **aprovado por unanimidade** dos presentes. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Informou que do mesmo será dado conhecimento à comunicação social e voltou a solicitar inscrições para intervenção acerca dos restantes assuntos para conhecimento. -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Solicitou esclarecimentos em relação ao relatório da situação financeira do município mais concretamente no que se refere ao limite da dívida bruta participada e aos valores apresentados. -----

----- **CHEFE DA UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO** -----

----- Por solicitação da Presidente da Câmara esclareceu que esse valor tem a ver com as participações da Câmara Municipal nas diferentes empresas, Desmor, EM, SA, Escola Profissional de Rio Maior e Depomor, S.A.. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Relativamente às comemorações do feriado municipal de 6 de Novembro disse que estas comemorações envolvem um número considerável de colaboradores e que tem-se tentado conciliar todas as atividades para esses dias de comemoração. Apresentou o programa já definido para o feriado municipal (anexo 2), destacando a inauguração da exposição fotográfica “Memórias do Desporto em Rio Maior” que reúne fotografias desde 1930 até 1980 e resulta de um trabalho exaustivo da Dr.^a Cristina Vicente que com a grande ajuda de muitos riomaiorenses conseguiu juntar recordações de outras épocas. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu que com a inauguração dessa exposição devolve-se a galeria ao rés-do-chão do edifício dos Paços do Concelho como era inicialmente e informou que o equipamento que permitirá a projeção de filmes em 3D no cineteatro, a ter início no feriado municipal, custou cerca de cinquenta e dois mil euros sem IVA mas que, atualmente, esta seria a única hipótese de continuar a haver cinema no nosso concelho. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Manifestou um profundo reconhecimento pelo primeiro ano de mandato que, para o próprio, tem sido um momento de enorme exaltação, momento esse que encarou como histórico para o povo de Rio Maior, por ter confiado na CDU, e como um desafio permanente. Registou com agrado o respeito democrático que tem sido conseguido nas reuniões do executivo municipal e a disponibilidade que lhe tem sido dada relativamente a qualquer tipo de informação, particularmente presencial, da qual salientou a disponibilidade dos trabalhadores e também dos vereadores que têm pelouros. Referiu que apenas pode apontar como uma “mancha” as condições do gabinete da oposição e a demora na colocação de alguns dos equipamentos, e ainda

outra situação que lhe traz algumas dificuldade que é o prazo de disponibilização dos documentos para cada reunião porque por muito boa vontade, muita capacidade de trabalho, a oposição não consegue preparar mais de um milhar de folhas em dois úteis. Solicitou, se possível, que pelo menos nas reuniões com mais assuntos e com mais responsabilidade possam dispor de pelo menos cinco dias úteis, para permitir fazer uma intervenção de qualidade. -----

----- De seguida questionou acerca de algumas situações, nomeadamente se existe algum desenvolvimento da situação da resposta ou não por parte do caso Nuno Luca0s, se as cartas que seguiram já tem resposta, se há novidades relativamente ao funcionamento da nova médica do centro de saúde e quais as competências que lhe foram atribuídas e por último se houve algumas evoluções relativamente às trinta e cinco horas. -----

----- Terminou dizendo que se encontra em discussão do orçamento geral do Estado e se algumas dúvidas havia relativamente aos objetivos deste governo fase ao poder local, percebe-se agora claramente que o poder local para este governo PSP/CDS não tem nada a ver com o poder local que está consagrado na Constituição da República Portuguesa e nas leis que fazem dele um poder autárquico autónomo do ponto de vista financeiro, do ponto de vista administrativo e com autonomia governativa. Afirmou que nos tempos que aí vêm, a ser este orçamento de Estado levado ao extremo, o poder local é uma das suas maiores vítimas. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu-se ao tamanho da agenda e que muito embora a documentação tenha sido disponibilizada dentro do tempo regulamentar e que a lei prevê, é de facto muita matéria para tão pouco tempo. Voltou a propor que nestes casos os documentos possam ir sendo disponibilizados conforme vão sendo despachados permitindo, dessa forma, que a informação não chegue toda em simultâneo e dando assim tempo para uma análise atempada de todos os assuntos. -----

----- De seguida disse que interveio para se referir a uma petição dos funcionários da empresa Joluso, remetida à câmara, onde pedem autorização para colocar uma réplica de um semi-reboque na rotunda junto às antigas instalações. Continuou dizendo que o pretendem fazer como demonstração da gratidão para com os riomaiorenses José Luís Soveral e Sérgio Soveral. Disse que, em sua opinião, a câmara deve por muito empenho neste pedido e não só autorizar mas também, se possível, colaborar com os funcionários e com a empresa nesta justa homenagem. Lamentou os trágicos acidentes de ambos ao serviço da empresa e lembrou os dois riomaiorenses como lutadores, que criaram emprego e riqueza, que levaram o nome

de Rio Maior pelas estradas da Europa, por muitas estradas de África, e que é bem visível a força do empreendimento de ambos ao serviço desse ideal, de trabalhar, de criar mais-valia, de manter postos de trabalho. Deixou assim o seu contributo e a sugestão de que a câmara avalie da melhor forma o pedido de autorização e, se possível, a sua articulação no sentido de ser dada uma resposta positiva. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Subscreeveu as palavras do Vereador Carlos Nazaré e informou que o pedido está a ser analisado por parte da Unidade de Urbanismo no sentido de serem verificadas as condições de colocação na rotunda desse elemento para que não tire visibilidade e não condicione de alguma forma a circulação de trânsito e que a câmara terá toda a boa vontade em acompanhar a situação no que for possível por ser efetivamente uma homenagem justa. -----

----- Informou ainda que relativamente ao processo do prolongamento da Avenida Marechal Humberto Delgada foi apenas recebida resposta de uma das partes e que brevemente será agendada uma reunião com todo o executivo para analisar e fazer o ponto da situação. Deu ainda conhecimento que dia 13 de novembro irá haver uma reunião, a pedido da câmara, com a Águas do Oeste onde será analisada toda a problemática deste processo, desde pontos de entrega, de infraestruturas, o não saneamento da Azambujeira, etc. -----

----- Por fim, informou também que finalmente se conseguiu dar início à limpeza do rio Maior, sendo possível, nesta fase, a limpeza do troço entre a Carnes Nobre e o Moinho do Canto e de seguida será o troço desde o Moinho do Canto até à Avenida dos Agricultores. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Acerca da questão das trinta e cinco horas disse que o acordo foi assinado com os sindicatos e enviado para homologação dos Secretários de Estado das Finanças e para o Secretário de Estado da Administração Pública, e que são eles, segundo a lei, que têm de homologar este tipo de acordos coletivos. Disse ainda ter conhecimento que a Associação Nacional de Municípios Portugueses está com o assunto em mãos e a tentar, junto do governo, um regime transitório para resolver a questão dos cerca de duzentos municípios que assinaram o acordo coletivo. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Deu conhecimento que este assunto foi também falado na reunião da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, onde dos onze municípios que a

integram apenas dois estão com horário das quarenta horas, Chamusca e Salvaterra de Magos. Referiu ainda que perante a hesitação de algumas câmaras manterem as trinta e cinco horas, o SINTAP, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública, enviou uma carta a todos os autarcas do país a apelar para que mantivessem o horário e que o secretário de estado está também a enviar cartas para as centenas de autarquias que assinaram acordos com os sindicatos para abrir novamente processos negociais. Disse ser uma situação que a Associação Nacional de Municípios Portugueses está a tratar com as duas secretárias de estado. -----

----- Sobre a situação da médica que foi colocada no centro de saúde há cerca de um mês disse que é mesma que decorre para os quatro médicos que vieram também para o ACES da Lezíria, e que estão colocados em outros concelhos e que já tendo ultrapassado a fase de adaptação prevista no protocolo assinado entre o governo português e o governo de Cuba, irá começar então a fazer o seu serviço e a dar consulta. Mais informou que o que está a acontecer é que a ordem dos médicos ainda não passou a respetiva cédula profissional que lhes permite passar receitas e executar toda a atividade de médico. -----

----- Sobre o pedido de colocação de um elemento na rotunda como homenagem disse que o processo foi apresentado e está na Unidade de Urbanismo para se encontrar a melhor solução dentro das normas legais, tendo em conta os trabalhadores da Joluso e da Invepe que manifestaram assim esse desejo. Reconheceu também o mérito dos dois riomaiorenses e a dinâmica empresarial que sempre tiveram e que tão longe levou o nome de Rio Maior. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Deu conhecimento que se realizou a terceira reunião do projeto Reanima onde foram identificados pelas associações como principais problemas as dificuldades na criação de parcerias efetivas entre as associações e a autarquia com a respetiva definição/ação de formas de atuação; dificuldades de crescimento das associações; falta de apoio ao nível formativo jurídico, contabilístico, administrativo, falta de financiamento para funcionamento do movimento associativo, dificuldades de cooperação entre associados, populações e associações concelhias, e apresentaram como formas de colmatar esses problemas o levantamento das necessidades da população e do meio associativo caso a caso; definição dos timings e mais apoio financeiro; desenvolvimento de mais parcerias e intercâmbios entre associações riomaiorenses; maior apoio técnico e material ao meio associativo com a criação de um gabinete de apoio as associações composto por uma equipa multidisciplinar;

desenvolvimento de uma publicação online sobre a temática do associativismo, projetos, atividades, formações; realização de formações para as associações sobre as temáticas identificadas como problemas; realização de mais e diferentes eventos por parte das associações e do município em parceria; melhor aproveitamento dos fundos comunitários e criação de rede associativa com vista à realização de candidaturas a estes programas; criação de sistema de retribuição, valorização pública do dirigente associativo e criação de um observatório do associativismo municipal e de fóruns de discussão entre associações. Disse ainda que este foi o resultado de três reuniões onde estiveram presentes cerca de trinta associações culturais do concelho. -

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Deu conhecimento que se realizou uma reunião do conselho diretivo da Associação de desenvolvimento da Serra de Aires e Candeeiros (ADSAICA) onde se elaborou uma proposta para ser presente à assembleia geral sobre o futuro da associação e onde concluíram que independentemente do que vier a acontecer até ao final do ano, a associação será mantida devido à existência de equipamentos, equipas de sapadores e pessoal. Disse haver muitas questões a tratar e a esclarecer, nomeadamente no que se refere à ECTES e à continuação das verbas de apoio às equipas de sapadores e que se aguarda a solução parte do Ministério da Agricultura. Repetiu que, não obstante as diligências que estão a ser tomadas, na assembleia geral a proposta que será apresentada é para a continuidade desta associação sabendo que cada município puxa a si a responsabilidade daquilo que tem no território. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- Não foram presentes despachos para ratificação. -----

----- **PONTO II – CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE RIO MAIOR E A RODOVIÁRIA DO TEJO, S.A. PARA CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DA ESTAÇÃO CENTRAL DE CAMIONAGEM DE RIO MAIOR – ATUALIZAÇÃO DE TAXAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação aprovar a atualização das taxas, de acordo com o quadro constante na informação em apreço. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO III - PAINÉIS PUBLICITÁRIOS COLOCADOS EM ESPAÇO PRIVADO – APLICAÇÃO DE TAXAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos dos pareceres emitidos e do n.º 2 do artigo 40º do Regulamento de Taxas do Município de Rio Maior, que atendendo ao princípio da proporcionalidade, as situações de afixação de publicidade em espaços privados que sejam visíveis do espaço público, podem ser enquadradas no artigo 7º da Tabela de Taxas do Município de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IV - CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO DE ESTRADA SITA NA FREGUESIA DE FRÁGUAS EM NOME DE RAQUEL BARBOSA – SOLICITADORA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que a estrada que divide o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 103 da secção L, anteriormente localizada na Freguesia de Fráguas, atualmente tem como topónimo atribuído Rua dos Agricultores, na Freguesia de São Sebastião, no Concelho de Rio Maior, é do conhecimento e domínio público e enquadra-se no artigo 63º da Lei n.º 2110/61 de 19 de Agosto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Questionou qual a freguesia onde se situa o prédio atualmente. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Confirmou que o prédio se situa atualmente na freguesia administrativa de São Sebastião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO V - CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO DE ESTRADA SITA NA FREGUESIA DE FRÁGUAS EM NOME DE RAQUEL BARBOSA – SOLICITADORA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é certificar que a estrada que atravessa o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 30 da secção P, anteriormente localizado na Freguesia de Fráguas, atualmente parte integrante da Freguesia de São Sebastião, no Concelho de Rio Maior, é do conhecimento e domínio público e enquadra-se no artigo 63 da Lei 2110/61 de 19 de Agosto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- (O Vereador João António Lopes Candoso ausentou-se da sala durante a discussão e votação dos pontos VI e VII por estar impedido de votar.) -----

----- **PONTO VI – ORÇAMENTO, PLANO DE ATIVIDADES E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PARA O ANO DE 2015 DA DESMOR, S.A.**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação, em face das disposições conjugadas no artigo 42º da lei n.º 50/2012, 31 de agosto e nas alíneas a) a c) do n.º 1 do artigo 24º e n.º 2 do artigo 28º dos Estatutos da Desmor, E.M., S.A., que o sentido de voto do representante da Câmara Municipal de Rio Maior na Assembleia Geral da empresa, seja favorável à aprovação dos instrumentos de gestão previsional para o ano de 2015 apresentados pela empresa bem como à aprovação da autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro conjugada com o artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Registou a eficiência e a eficácia que se tem vindo a verificar no desenvolvimento do trabalho com a DESMOR, não só na redução de mais de 10%, no prazo de cinco anos, do contributo financeiro da câmara municipal para com o funcionamento da DESMOR através do seu contrato de programa, o que é significativo, mas também pela estabilização do quadro de pessoal que leva a que o corpo de trabalhadores tenham um altíssimo rendimento e de facto, hoje, uma das imagens de marca do concelho de Rio Maior é a DESMOR, particularmente através do Centro de Estágio que é provavelmente a mais visível. -----

----- Chamou à atenção para o facto de agora que a estabilização está conseguida há que ousar no futuro porque a concorrência na área desportiva, nacional e internacionalmente, vai obrigar a novas formas de atrair clientes e que a motivação da direção e dos trabalhadores continue por largos anos porque os desafios que são colocados ao concelho de Rio Maior na área do desporto, e em particular à DESMOR, exigem a manutenção deste esforço e dessa liderança. Terminou dizendo que bom seria que em todas as organizações se pudesse encontrar o interesse público tão salvaguardado conforme o que aqui está. Indicou o sentido de voto como favorável. ---

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Iniciou por lamentar o facto de a lei que enquadra as empresas municipais tirasse a tutela destas empresas à Assembleia Municipal, órgão que as criou. De seguida, em relação à Desmor, salientou o facto de, mesmo com as dificuldades criadas ao setor empresarial local pela atual administração central, a DESMOR ter feito ganhos de eficiência nos últimos anos, independentemente do aumento de custos que possa ter tido com o pessoal, perfeitamente justificados, a DESMOR tem diminuído a sua dependência do município e tem, em seu entender, levado de forma digna e correta o bom nome de Rio Maior a muitas instituições e a muitos atletas que têm frequentado aquelas instalações e os equipamentos à sua guarda. Indicou o sentido de voto como favorável à proposta apresentada no sentido da Presidente da Câmara aprovar os documentos previsionais. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Disse ser óbvio que a votação seja por unanimidade e que seja dada a oportunidade à Presidente da Câmara de aprovar os documentos em sede própria. Manifestou, mais uma vez, o reconhecimento por todo o trabalho desenvolvido pelo Dr. Carlos Coutinho e por todos os trabalhadores da DESMOR e relevou a evolução extremamente positiva da empresa, de grande valor, que tem trazido muitas mais-valias não só a nível do desporto mas também a nível económico e financeiro ao concelho e que prova disso é a menor dependência da câmara. Reconheceu mais uma vez o trabalho de todos os envolvidos e que têm colaborado na gestão da Desmor, desde a direção até aos trabalhadores e a Presidente da Câmara, que leva longe o bom nome do concelho que cada vez está mais consolidado pela positiva, não só a nível nacional como também a nível internacional. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse ser um orgulho ter o voto por unanimidade em relação à aprovação destes documentos e, na pessoa do Dr. Carlos Coutinho, o administrador executivo e presidente do conselho de administração, manifestar em seu nome e em nome da Câmara o profundo agradecimento e reconhecimento por todo o trabalho desenvolvido, numa altura em que os funcionários foram perdendo regalias mas que todos os dias continuam a dar o melhor deles próprios para a satisfação dos clientes e dos munícipes. Concordou com a importância da estabilização dos colaboradores, mas não quis deixar de dizer que também a atividade desportiva por parte dos riomaiorenses aumentou, ou seja, o número de clubes, o número de praticantes, o número de equipas em cada um dos clubes também aumentou forma bastante. -----

----- Por fim convidou todos a estarem presentes na visita do Secretário de Estado do Desporto e Juventude, do Presidente da Federação Portuguesa de Natação e a Fundação do Desporto onde se irá assinar o protocolo da constituição de gestão local do Centro de Alto Rendimento de Natação, também aproveitando o momento para assinalar a conclusão das obras da terceira fase do alargamento do centro de estágios. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- PONTO VII – INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2015 DA ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face do disposto no artigo 42º da Lei n.º 50/2012, 31 de agosto e do n.º 2 do artigo 26º dos Estatutos da Escola Profissional de Rio Maior, aprovar os instrumentos de gestão previsional para o ano de 2015 apresentados pela Escola Profissional de Rio Maior. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Iniciou por questionar se já há resposta relativamente à questão que foi colocada em Junho de 2014 se a legislação era aplicável ou não à escola profissional. Disse ver com muita apreensão o funcionamento das escolas profissionais no atual modelo, do ponto de vista dos equilíbrios e do ponto de vista da administração na comunidade. Considerou que há aqui profundas preocupações relacionadas com o facto de se fazerem depender pura e simplesmente, quase na sua exclusividade, do financiamento do antigo POPH e do próximo fundo, o que significa que em 2020 não se sabe como é que vai ser e Rio Maior tem tido uma escola profissional capaz de atrair até gente de fora, e que dessa forma vê com alguma preocupação alguns números relacionados com desistências e reprovações no último ano letivo que certamente tem a ver com o público-alvo. Disse que o orçamento e o plano de atividades têm uma preocupação para muito significativa, acontecendo o mesmo com a DESMOR, que é a clareza, só não percebe quem não lê, esta lá tudo e há, por isso, uma valorização da sua parte relativamente a estes instrumentos, mas há também uma preocupação constante de saber qual o futuro da Escola Profissional de Rio Maior face aos tipos de financiamento que estão colocados. Por último referiu que não viu no plano de atividades e no orçamento uma orientação estratégica para cativar mais alunos do concelho de Rio Maior e também de uma freguesia que foi tão importante para a escola profissional, a Benedita, que é um aspeto extremamente

importante para consolidar e para permitir o seu alargamento e continuar na senda do sucesso que tem sido a gestão da escola profissional. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Relativamente à Escola Profissional de Rio Maior disse ser uma empresa municipal da qual todos se orgulham, mas que comunga das preocupações quanto ao futuro. Disse que é do conhecimento de todos que o número de alunos tem diminuído em todos os níveis e ramos de ensino e no ensino profissional também é verdade. Salientou ainda o facto de as escolas profissionais, como a de Rio Maior, terem sido percussoras do ensino profissional, as escolas normais, as escolas de ensino regular, não tinham ensino profissional, e em determinada altura perceberam que se podiam financiar, através do orçamento geral do estado da educação, se comesçassem também a fazer ensino profissional, sem que para isso tivessem a formação, a vocação e o conhecimento do que é fazer ensino profissional. Continuou dizendo com isso passou a haver maior número de oferta de ensino profissional para os alunos e as escolas que foram criando nome, como a de Rio maior, e que se credibilizaram e que fizeram investimentos, começaram a ver que o seu futuro incerto. Referiu ainda que se olharmos para o que acontece atualmente no concelho de Rio Maior, onde existe uma cooperação pacífica e estratégica das duas escolas, vimos que a escola secundária opta por fazer o ensino que se habituou e que faz bem feito, e faz toda a sua aposta nisso e apenas cria os cursos profissionais que o Ministério da Educação obriga a que abram, mas que têm um peso reduzido em relação ao número de turmas que abrem na escola profissional. Quanto à escola profissional por sua vez disse não estar preocupado por não haver uma estratégia quanto ao futuro porque se olharmos para o número de turmas a escola duplicou as suas possibilidades, recrutando fora, o que vem mostrar que há uma estratégia agressiva de atração de alunos e de credibilização em projetos de referência. Afirmou que as suas preocupações são essencialmente pelo facto de a escola viver das pessoas que lá tem, e da estratégia que as pessoas têm, a escola não está minimamente defendida pelo Estado, pela administração central, para que o seu futuro seja compensado relativamente a todo o investimento está a ser feito. -----

----- Por fim, em relação à ausência de resposta que, em seu entender, a câmara deveria esquecer porque efetivamente a lei não se aplica porque a escola não é financiada pela câmara, considerou que é uma falta de respeito pela câmara e pela própria escola, porque na escola estão pessoas e o seu futuro depende do enquadramento e da resposta que for dada. -----

----- Relativamente aos documentos apresentados indicou o sentido de voto como favorável na expectativa de que quem trabalha na escola profissional continue com o estímulo, com a força de vencer as adversidades e que os projetos apareçam e que o empenho envolva as pessoas e que a escola continue a formar profissionais competentes porque é bom para o tecido empresarial, é bom para a nossa economia, é bom para a região e é bom para o país. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Afirmou que a Escola Profissional de Rio Maior já marcou a sua posição não só no concelho mas também nas regiões limítrofes, mas parece-lhe que está a chegar a altura de todos os intervenientes da educação se sentarem à mesma mesa e decidirem qual é a política educativa que querem para Rio Maior, o que no fundo vai de encontro às preocupações demonstradas porque este modelo de escola profissional, como existe, parece claro que está esgotado, tem que ser reformulado e isso só pode acontecer se houver vontade de todos os intervenientes no processo educativo, sendo certo que se reconhece todo o valor que a escola profissional tem desde a sua criação até ao presente momento e a projeção que tem tido fora do concelho e no exterior. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Comungou de tudo aquilo que foi já dito e acrescentou que todo o trabalho desenvolvido ao longo de vinte e dois anos pela escola profissional e com toda a dinâmica que foi criada, com todos os cursos que foram criados, passaram por lá centenas, milhares de formandos com toda a dedicação por parte dos diretores, dos trabalhadores, dos formadores, dos conselhos de gerência e no fundo também das três entidades que têm lá os seus representantes, as associações e a autarquia. Disse que este trabalho projetou também, em muito, o nome da escola profissional não só no concelho mas também a nível nacional e internacional, é ver-se a quantidade de prémios que felizmente a Escola Profissional de Rio Maior tem ganho a nível europeu. Apontou que se está numa época de declínio, com a diminuição constante do número de alunos em todos os níveis e com diminuição da qualidade dos alunos, não como pessoas mas como estudantes, porque quer se queira quer não com a degradação das condições sociais degrada-se também a qualidade da educação e o trabalho realizado por todas as pessoas que fazem parte da escola profissional não consegue ter a força suficiente para dinamizar e para fazer com que os alunos se sintam motivados. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que o que acontece com este modelo é que ele está efetivamente esgotado e há muita hesitação por parte dos ministérios, que têm falado muito em ensino profissional, em aplicar-se o sistema do *know how*, tal como na Alemanha, onde as escolas profissionais passam a ser nas empresas, tendo o objetivo que as grandes empresas possam elas próprias recrutar os alunos, dar-lhes a formação e transformá-los em empregados a baixo custo, ou, em alternativa, formam-nos para serem quadros e depois irem para o poder. Disse tratar-se de uma questão ideológica e a perspetiva hoje para o ensino e educação em Portugal não visa tanto formar cidadãos críticos reflexivos e de banda larga ou de largo espectro, mas permitir que a escola pública seja uma escola de massas, de segunda categoria para permitir que outros tenham acesso à escola de qualidade e este é um drama que se coloca a todos. Em relação às escolas profissionais disse que é de valorizar a proximidade que se estabeleceu entre os formadores, professores, entre todos, porque isto só tem sido possível porque cada professor ou cada trabalhador daquela casa faz daqueles alunos filhos, porque há exemplos de muito sucesso no nosso distrito em que os alunos passaram pela carreira profissional já estão a chefiar serviços. -----

----- Por fim afirmou que é inadmissível que este governo não responda a uma autarquia, onde estão em jogo a vida de três centenas de pessoas, acerca da interpretação correta ou não por parte do gabinete da câmara municipal face uma pergunta que vem de 2013. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Acerca do modelo do ensino profissional disse ainda é essencial que o governo entenda que este não é um ensino de segunda, porque infelizmente nas escolas muitas vezes os alunos que seguem o ensino profissional são discriminados e se for um bom aluno que queira ir para o ensino profissional ainda há quem considere como um desperdício, quando o ensino profissional é e tem que ser uma via de ensino tão digna como a outra, é uma opção. Considera ainda que um aluno que for para o ensino profissional tem de ter caminho para seguir a escolaridade, se efetivamente assim o pretender, e o que está a acontecer e o que a legislação prevê é que o ensino profissional não leve à universidade e que se criem dificuldades para o ensino profissional dar a dupla qualificação que permita o ingresso na universidade. Levantou depois outra questão que segue no sentido contrário, ou seja, os alunos do ensino profissional têm sido beneficiados em relação aos alunos da formação geral em muitos aspetos, seja na questão dos transportes, que são pagos pelo POPH, seja na questão dos livros e dos manuais que são pagos integralmente pelo POPH independentemente

do aluno precisar ou não. Considerou que há que repensar todas estas situações e criar aqui alguma justiça em todos estes processos, não deixando de referir que há que se perceber que as empresas são determinantes para este ensino, desde que o processo formativo e o acompanhamento sejam da responsabilidade da escola, porque há toda a vantagem de uma ligação entre a parte da formação, a parte da aprendizagem e a parte da prática. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Disse que tudo o que foi dito tem a sua verdade mas a realidade é que a escola profissional tem a maior população escolar de sempre, onze turmas, ou seja, a Escola Profissional de Rio Maior não reduziu o número de alunos sendo que cerca de 50 % dos alunos vêm de fora do nosso concelho e concorda quando se diz que tem ser repensado o ensino profissional, porque, em sua opinião, não faz sentido concelhos pequenos, não é o caso de Rio Maior, terem duas escolas, a escola do ensino oficial e a escola profissional, ambos a equiparem a e investirem em oficinas nas mesmas áreas e a disputarem os mesmos alunos. Considerou que olhando a história das escolas profissionais, as escolas oficiais é que não tinham que entrar no ensino profissional. Deixou uma palavra de reconhecimento ao Dr. Bentes da Silva, e na sua pessoa a todos, trabalho desempenhado quer pelo conselho de gerência, quer pelos associados neste grande, quer pelos diretores, formadores, professores, funcionários e claro os parceiros. Quanto à interpretação da lei informou que se prevê que a curto prazo saia alguma regulamentação, porque existe ainda um vazio no regulamento que saiu e não dependendo em nada a escola profissional da câmara municipal, mas sim de receitas provenientes de candidaturas ao POPH, a aplicação da lei não é clara. -----

----- Terminou dizendo que a preocupação principal deve ser trabalhar no presente para se poder continuar o trabalho pelo qual Escola Profissional é reconhecida no nosso concelho na região e também superiormente de forma a ser mais um ano a cativar alunos, cativar parceiros e a cativar prémios e reconhecimento lá fora. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- (O Vereador João António Lopes Cadoso voltou à sala.) -----

----- **PONTO VIII – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS – ANO DE 2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é propor à Assembleia Municipal a emissão da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos seguintes casos: a) quando

resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano; b) quando os seus encargos não excedam o limite de 99 759, 58€ em cada um dos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos; Que a assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe só se faça quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as normas resultantes da regulamentação operada pelo Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas; Que possa vir a ser delegada na Presidente da Câmara a assunção de compromissos plurianuais relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública; Que o regime de autorização ora proposto se aplique à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos durante o ano de 2015, desde que respeitadas as condições contantes dos n.ºs 1 e 2; e que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal seja presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que se trata de um modelo que a própria lei impõe e que praticamente transforma os executivos em presidencialistas com o qual a CDU não está de acordo porque considera que o executivo é colegial. Indicou o sentido de voto como desfavorável. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com o voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **PONTO IX – AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA NO ANO DE 2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, atendendo às condições praticadas pelas instituições de crédito consultadas, propor à Assembleia Municipal a autorização para a contratação, em 2015, de empréstimo de curto prazo até ao montante de 900.000,00€, com prazo até 31 de dezembro do mesmo ano. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável porque se trata de um instrumento de gestão para questões de tesouraria e decisivo para a gestão corrente. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- (O Vereador João António Lopes Candoso ausentou-se da sala durante a discussão e votação do ponto por estar impedido de votar.) -----

----- **PONTO X – DÍVIDA DA DEPOMOR, S.A.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a “DEPOMOR, SA” a proceder ao pagamento da dívida total de 212.032,29€, até final do ano de 2015, acompanhada das respetivas atualizações financeiras, referente a aquisição do prédio rustico sito na Quinta do Sanguinhal e aos suprimentos efetuados pelo município. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Chamou à atenção merece uma atenção redobrada sobre aquilo que está em jogo e lembrou o trajeto feito desde o início, quando a Depomor foi apresentada como a primeira área de localização empresarial do país com treze participantes e treze empresas para entrar. Continuou dizendo que Rio Maior e o executivo envolveram-se profundamente em criar todas as condições, até as subjectivas, para que tudo corresse bem, e foram três milhões de euros na compra do terreno e volvido este tempo todo, o que era para ser uma empresa municipal hoje é uma empresa privada, as ações foram compradas, a câmara tem apenas 26,4%, tem um vogal não executivo e duzentos e dois mil euros a receber da Depomor. Realçou ainda que isto tem um carácter sistemático, ou seja, os suprimentos vêm já desde antes desta crise e que está é uma questão a tratar com grande senso, extremo cuidado, porque é uma mais-valia que está no concelho, tem condições para ser um suporte ao desenvolvimento do concelho, há é que encontrar soluções de influência, de magistratura, no sentido de colocar aquele espaço empresarial responsável, atualmente assim designado, na perspetiva de não ser um tumor para a gestão do executivo. Admitiu que provavelmente haverá poucas soluções mas há uma que se tem de encontrar, que é o interesse público que tem de ser defendido. Indicou o sentido de voto como favorável e salientou que o caso é sério e terá que se encontrar outro tipo de aproximações e de abordagens e de contributos pessoais ou institucionais no sentido de colocar aquele espantoso equipamento e aquele espaço territorial para bem do concelho de Rio Maior. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- (O Vereador João António Lopes Candoso voltou à sala.) -----

----- PONTO XI – PROJETO DE REGULAMENTO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter a proposta de regulamento a apreciação pública, nos termos do n.º 3 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, e 56.º do Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e remeter a mesma à entidade reguladora (ERSAR) e à Associação Empresarial de Rio Maior para emissão de parecer durante esse mesmo período. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Considerou que este documento é uma proposta de trabalho que resulta das alterações dos próprios estatutos da ERSAR e regulamento do tarifário com a Lei N.º 10/2014, que visa assegurar uma harmonização das tarefas com o fundamento da cobertura total dos custos mas que pretende é assegurar a valorização da empresa Águas de Portugal tendo por finalidade a sua privatização numa intolerável intromissão na autonomia do poder local pela imposição de regras obrigatórias sobre tarifários e atribuindo à ERSAR o parecer da imperatividade vinculativa, ou seja, a ERSAR quer mais uma vez subjugar aos interesses da Águas de Portugal para poder impor a harmonização dos custos com o princípio líder do utilizador/pagador não tendo a noção de que os chamados planos estratégicos, agora nacionais, da água, do saneamento e dos resíduos, estão todos a ser arquitetados para a privatização. -----

----- Relativamente ao documento em si disse que a seu tempo, durante a discussão pública, terão oportunidade de apresentar algumas discordâncias, nomeadamente quando aos escalões, e também quanto a um problema detetado na página 39, no artigo 91º, sobre os medidores de caudal e citou: “quando não existe medidor do volume das águas residuais recolhidas é estimado e faturado nos termos previstos no erro a origem da referência não foi encontrada do presente regulamento”. Agradeceu que lhe fosse esclarecida a situação. -----

----- No que se refere ao escalonamento disse tratar-se de uma imposição e não uma mera sugestão, por parte da ERSAR, no entanto, afirmou que a experiência diz que os consumos de maior frequência são concretamente entre os cinco e os dez e que como tal irão propor, aquando da discussão pública, que se introduza o escalão 2, de 5 a 10, e se faça a progressão para o escalão 3, de 10 a 15, porque esta é uma prática que nas melhores empresas intermunicipais se tem seguido como é exemplo a Águas do Ribatejo que têm seis escalões. -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Informou que em relação a este documento é intenção do Partido Socialista dar o seu contributo técnico e político no período da audiência pública. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Foi entregue ao Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo extracto do projeto de regulamento com a redação correta do artigo 91º. -----

----- **PONTO XII – GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2015 E MAPA DE PESSOAL** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015 e o Mapa de Pessoal para 2015, conforme o previsto no n.º 4 do artigo 29º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e deliberar ainda decidir que o montante dos encargos relativos a renumerações e aos postos de trabalho previsto no Mapa de Pessoal e para os quais se preveja recrutamento, é o que consta no orçamento municipal para o ano de 2015. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Acrescentou que tiveram a oportunidade de falar acerca do documento com todos partidos e movimentos com assento na Câmara e Assembleia Municipal e relativamente à real queda do valor geral do orçamento que é transversal a todos os municípios e deve-se essencialmente ao facto de ser um ano de transição entre quadros comunitários de apoio, não constando nos orçamentos as verbas normalmente inseridas referentes aos projetos executados ao abrigo de fundos comunitários. Acrescentou que assim que esteja disponível o novo quadro comunitário tentar-se-á então avançar com projetos estruturantes para o município e consequentemente as necessárias alterações orçamentais. Disse ser um orçamento realista que reflete a situação do município em que cerca de 10% corresponde ao custo da dívida em juros e amortizações em cerca de dois milhões de euros, salientando que o único empréstimo de vulto contraído nos dois últimos mandatos foi o do PAEL e que mesmo assim foi conseguido manter o investimento necessário ao concelho. Referiu ainda que também a alteração das regras de execução do orçamento que restringiu, por exemplo, os valores a inscrever para a venda de imóveis em que agora só se pode inscrever o valor da média dos últimos três anos e não o valor previsto. Deu ainda conta de que se mantem o apoio às freguesias e ao

movimento associativo, que 25% da verba inscrita está destinada à educação, que o valor da verba inscrita para a ação social sobe 3% e que continuará a ser feito um esforço grande para manter verbas para a cultura e o apoio à prática desportiva e para manter parcerias que permitem a realização destas atividades a baixo custo. Também o apoio ao empreendedorismo, através do Centro de Negócios e Inovação, irá continuar. Agradeceu a todos os vereadores com ela trabalham na gestão diária da autarquia assim como a todo o executivo municipal pela partilha que têm tido, nomeadamente nas dificuldades, e também aos colaboradores da autarquia que continuam a dar o melhor de si próprios em prol do concelho e dos munícipes, e hoje em especial àqueles que tiveram um envolvimento direto na produção do documento a discussão e votação. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que este é um documento de estratégia e de operacionalidade e que efetivamente não se pode ser demagogo na análise deste documento, há que ser realista e de alguma forma frios nesta análise, mas que apesar da frieza dos números e da realidade deve-se continuar a ser ambicioso e a ter a capacidade de sonhar e querer para o município, sendo certo que se percebe que os municípios e as atividade do setor público, e do setor privado, passam por momentos difíceis e que as câmaras municipais estão com um esmagamento incrível no seu orçamento. No entanto referiu que, não obstante ser explícita a tendência regressiva do orçamento desde 2010, existem aspetos relacionados com algumas áreas do conhecimento e da forma como se interpreta a ação governativa que poderiam ser determinantes, e referiu-se às novas abordagens possíveis que, neste documento, e em sua opinião, são inexistentes. Nesse sentido apontou que alguns municípios de Portugal seguem novas tendências e práticas ao nível da gestão participada do orçamento, por exemplo, o que no fundo é simplesmente cativar o capital intelectual do concelho para que possa colaborar com o município e reafirmou que não vê neste plano uma tradução clara dessa possibilidade. Referiu que exemplo dessa prática é o Reanima, a nível da cultura, que é um trabalho de participação das pessoas, dos agentes e de certa forma até um orçamento participativo sectorial. Realçou que este documento devia refletir um esforço programático e analítico maior, um esforço da câmara e intersectorial de se convocar as pessoas, as boas ideias daqueles que queiram colaborar e apresentar propostas e ideias. -----

----- Deu conta do quadro constante do documento onde são apresentadas as principais áreas de atuação e que do mesmo se percebe a intervenção e o esforço que a câmara municipal em cada uma das áreas, ao nível das grandes opções do plano, e também onde se dá o corte que se reflete no valor global. Reforçou que se percebe que há um crescimento com os gastos gerais da administração pública e administração geral porque embora haja uma diminuição em absoluto do valor, passa de dois milhões e setecentos e vinte e um mil para um milhão novecentos e noventa e seis mil, em termos relativos e face ao total daquilo que é o orçamento, há um aumento de 3% dos encargos da administração geral. Referiu que em contraponto com esse aumento de 3% percebe-se que há um crescimento na ação social, ainda que, a seu ver, muito reduzido no total do esforço que o município desenvolve, não chega a 3%, apesar de ter crescido de 2% para 2,91% em termos relativos. Disse também que notou uma diminuição para metade na rubrica do turismo, o que estranhou, já que tem sido visível o esforço de pensamento e de ação por parte do município para valorizar cada vez mais essa área. No que se refere à cultura também apontou o tímido crescimento e que continua a representar menos de 3% no esforço orçamental, ainda assim superior, muito provavelmente, ao esforço nacional. -----

----- Terminou dizendo que da leitura geral do documento percebe a tendência regressiva e que infelizmente essa é a realidade e que cada vez mais as câmaras têm menos capacidade de ação, menos meios financeiros mas mais responsabilidades, mais áreas de atuação e considera que pode até ser frustrante gerir um município com tão poucos meios e que cada vez mais os desafios são enormes. Em jeito de síntese reafirmou que de futuro devem ser dados os passos concretos no esforço participativo e de se envolver mais as pessoas na construção deste documento. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou por dizer que na análise do documento não podem deixar de ser referidos três níveis: o primeiro tem a ver com a política macro, sendo muitas as questões que se podiam colocar, desde o plano legislativo até ao saque que tem sido feito ao poder local, abrindo desde logo um quadro negro em que qualquer instrumento de gestão e de prospectiva para o futuro está sujeito, mesmo apesar de o concelho de Rio Maior, como alguns concelhos do país, ter visto a sua verba reforçada relativamente ao ano passado passando a receber mais trezentos e cinquenta mil euros; a segunda questão, o cenário local, que enquanto se seguir esta política apenas se estará a gerir o que existe e que por mais que se tente não haverá forma de sair disso, especialmente quando se tem problemas como os contratos existentes com a Águas

do Oeste que leva a um desperdício financeiro enorme e para o qual se tem que arranjar, do ponto de vista político, uma intervenção e, em sua opinião, por isso é que se devia colocar, mesmo com a possibilidade de renovação, a possibilidade de integrar outros sistemas intermunicipais, nomeadamente a Águas do Ribatejo, que é da gestão das autarquias. Realçou que se torna evidente que é necessário recorrer a instrumentos humanos políticos argumentativos para que esta situação não possa continuar a prejudicar a gestão do município. Outro aspecto a que se referiu foi o facto de os quinhentos e noventa e cinco mil euros que se receberam da eólica serem novamente para a EDP porque para além dos consumos em termos de instalações o município de Rio Maior gasta setecentos mil euros, onde não é possível reduzir mais, e assim sendo a iluminação pública, que consome novecentos e cinquenta mil euros, terá que ser, a seu ver, alvo de um investimento tecnológico, que permita a redução do consumo e a rentabilização de custos na iluminação pública. Como terceiro problema apontou a dívida de dois milhões, e a dívida de que fala é a relação custo/benefício e considerou que a destes empréstimos não é a melhor relativamente aos custos. -----

----- Outra das questões que considera importantes e a administração direta, em sua opinião, tem sido ao longo dos anos renegada, neste executivo e nos outros, e isso obriga hoje, face à nova legislação, à necessidade absoluta de se colocar a administração direta a funcionar. Disse que os trabalhadores da câmara são duzentos e quarenta, sem contar com aqueles que estão agregados à educação, considerou que são pessoas com uma enorme dedicação e um grande sentido democrático, mesmo nesta fase que passam, e que continuam a trabalhar sem sequer nada pedir, e, por isso, considerou que os novos tempos exigem novas soluções, nomeadamente no que respeita a potenciar o capital instalado dentro da própria câmara municipal, no que respeita, por exemplo, ao gabinete de apoio ao movimento associativo porque a melhor ajuda que se lhe pode dar, muito mais do que dinheiro, é a ajuda na concretização e acompanhamento de projetos a ser realizados em Rio Maior. -----

----- Na opinião da CDU a este orçamento falta um “golpe de asa”, cumpre criteriosamente as contas com rigor, estão claramente assumidos todos os pagamentos aos fornecedores, mas não há aqui uma visão estratégica para o concelho de Rio Maior no futuro, nem sequer se encontra explanado o próprio programa eleitoral da coligação. Disse perceber que são tempos difíceis mas que é também nos momentos de crise que é preciso futuro e confiança, ou seja, da maneira como Rio Maior está é exigido um novo *élan*, é necessário o orçamento participado, e

não se refere ao orçamento participativo que se vê em muitas câmaras que são *show off*, é recorrer às populações e serem eles a contribuírem para as soluções. -----

----- Referiu ainda que também é altura de haver a coragem de perceber que o acordo com o Ministério da Educação é um mau acordo porque o que se gasta é muito superior áquilo que é transferido estando assim a autarquia a subsidiar o governo central. Continuou dizendo que não terá que ser obrigatoriamente abandonado mas terá que ser renegociado, porque o que se recebe pelas despesas que se tem com os transportes e com a alimentação não paga o que se gasta. Afirmou que do ponto de vista político não se pode continuar a fazer isso e há a necessidade de repensar o novo paradigma da gestão estando convencido que a Unidade de Educação e da Cultura que tem quadros com capacidade, a economia social, as freguesias, vão conseguir encontrar novos modelos de gestão para os transportes escolares e para a alimentação. Apontou ainda que também a transferência de pessoal não docente foi um mau acordo, são mais de cem como se pode verificar no mapa de pessoal. -----

----- Terminou dizendo que em relação às freguesias não gostou que a Presidente da Câmara usasse no preâmbulo uma expressão onde diz que as freguesias podem contar com a câmara municipal eu acho que era o mínimo porque foi presidente de Junta e sei que o foi com enorme dedicação e empenho e não é uma relação unívoca é uma relação biunívoca, as juntas de freguesia são um elemento estruturante numa boa gestão, numa boa estruturação. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Iniciou por se referir à excelente apresentação dos documentos e à sua clareza dirigindo desde logo uma palavra de agradecimento aos serviços, e reconheceu a disponibilidade da maioria para ouvir os vereadores todos e que se percebe que alguma coisa do que foi falado na reunião se encontra vertido neste documento. Considerou que fazer um orçamento nas atuais circunstâncias, respeitando compromissos assumidos, cumprindo com o custo da dívida, não despedindo trabalhadores, mantendo o apoio e as transferências para as juntas de freguesia e ao movimento associativo, num período em que vêm reduzidas as receitas próprias, ainda que haja um ligeiro aumento das transferências da administração central, que é absolutamente absorvido por acordos onde o município de Rio Maior foi enganado, fazer um orçamento nestas circunstâncias não é fácil e manifestou a sua solidariedade porque disputou eleições, perdeu-as, mas se as tivesse ganho disse acreditar que o quadro de dificuldades seria o mesmo que tem a atual maioria. Reconheceu ainda o esforço que foi feito para equilibrar estes documentos e só não irá votar a favor porque

o quadro de circunstâncias em que é feito, o regime financeiro das autarquias locais imposto à câmara municipal de Rio Maior, a lei dos compromissos, o FAM, que, em seu entender, é um ato de solidariedade obrigatório que irá comprometer o município de Rio Maior durante anos quando este tentou gerir de forma racional os seus recursos, não tornando a sua situação insustentável e fazendo investimentos que efetivamente melhorassem as condições de vida dos riomaiorenses. Reafirmou que em face destas situações votar favoravelmente seria dar cobertura, legitimar e branquear uma ingerência sobre o poder local. Afirmou que ser autarca hoje nada tem a ver com a altura em que o próprio o exerceu porque nessa altura ser autarca compreendia autonomia financeira, administrativa e a única tutela que havia era a do cumprimento da lei. Disse ainda que esta tutela que agora se pratica não é legítima, é impositiva e limita a liberdade e vontade dos autarcas, com as suas populações, encontrarem condições, delinearem estratégias e de agir, porque, em seu entender, nestas condições não há audácia que resolva porque cada vez mais o poder local está cercado nas suas decisões. -----

----- Terminou pedindo à Presidente de Câmara que compreenda o seu sentido de voto e que em declaração de voto fará o devido reconhecimento do que está a ser feito, por terem sido acolhidas algumas das sugestões dadas e que a Presidente não se acomode com estas situações, que tenha a ousadia de nos fóruns onde o município tem representação ir contra estas limitações e estará a fazer um bom serviço a Rio Maior e ao poder local, acreditando sinceramente que o fará. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Considerou que apesar de ser um orçamento frio não deixa de ser realista e que, ainda assim, se consegue vislumbrar que o futuro se prepara, não se prevê. Deu conta das iniciativas educativas a levar a cabo através de maior mérito e política educativa municipal com mais dois eixos que, a par das restantes competências na área, permitem premiar os alunos que mais se destacam no décimo ano do ensino regular da Escola Secundária e proporcionar a articulação entre escolas tendo em vista uma mais e melhor integração no mercado de trabalho e socialização, onde se inclui já a Escola Profissional de Rio Maior. -----

----- Relativamente às iniciativas culturais e nomeadamente ao associativismo cultural do concelho disse que é intenção conhecer e cruzar competências com vista a um melhor e mais profícuo desempenho de todos aqueles que se queiram associar ao “Reanima”, com as energias e vontades, vislumbrando-se assim uma possível gestão participativa da cultura. Quanto à iniciativa “Rio Maior Florido” disse ser uma atividade

a implementar nos hábitos do município desenvolvendo o gosto pela preservação, pelo belo através do embelezamento das ruas com a participação do comércio, das escolas, das associações, dos centros de dia e população em geral. -----

----- Afirmou que a intenção destas iniciativas é que não se esgotem com a sua apresentação mas sim que fiquem presentes seja nos grupos que as dinamizam seja na comunidade, através da ligação destas com as entidades promotoras e identificação das partes como um todo. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** ----- ~

----- Iniciou por dizer que este é o orçamento mais baixo desde 2010 mas que é uma situação transversal a todos os municípios e que este ajustamento se deve à quebra de receitas, aos cortes do orçamento de Estado, porque quando não obstante o aumento falado de cerca de trezentos e cinquenta mil euros, esse valor não repõe os cortes dos anos anteriores e que em face disso o saldo é francamente negativo e reflete-se, obviamente, neste orçamento. Disse ainda que também a indefinição do novo quadro comunitário não permite que sejam vertidos neste orçamento verbas dos projetos que sejam opção do executivo e só após o conhecimento efetivo se poderá rever o orçamento em conformidade. Salientou que, mesmo com estas restrições, este orçamento não impede que a Câmara Municipal continue a desenvolver as suas atividades habituais nas áreas na juventude, no desporto, na cultura, no turismo, no apoio ao movimento associativo e em alguns casos novas atividades com custos mínimos ou mesmo sem qualquer custo para o município. Quanto ao facto de ter sido dito que não estava refletido neste orçamento o programa eleitoral da coligação disse, desde logo, que é um programa para quatro anos mas que, de qualquer forma, basta olhar para toda a atividade da câmara municipal para se verificar o contrário, referindo a título de exemplo o apoio ao empreendedorismo com o Centro de Negócios e Inovação de Rio Maior, afirmando também que o cumprimento de todo o programa eleitoral neste momento seria irrealista por todos os constrangimentos que o poder local atravessa no momento. Salientou o peso da dívida neste orçamento é de cerca de 10% e que é um compromisso que tem que ser honrado e que no que se refere ao aumento da percentual da administração geral esta prende-se essencialmente com despesas de pessoal que, em sua opinião, é o maior ativo da câmara municipal e que, por isso, se tem tentado manter não entrando em programas de despedimento. -----

----- Terminou dizendo que este orçamento que não hipoteca o futuro sem deixar de, logo que possível, incluir projetos e anseios que são objetivos do município que há data de hoje não podem ainda figurar em orçamento mas que se prevê que sejam

ambiciosos e dirigidos a novas áreas e que quem conseguir ser audaz a apresentar os melhores projetos conseguirá fundos suficientes para desenvolver esses projetos que, a manter-se a tendência será muito dirigido para áreas de apoio aos empresários, à criação de emprego e projetos com qualidade e acrescentou estar confiante que Rio Maior vai ganhar muitos desses projetos pela qualidade. -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Iniciou a intervenção por dizer que é sempre mais fácil ter ideias quando não se está a exercer mas que concorda efetivamente que as fragilidades desta gestão é o contrato com a Águas do Oeste, relativamente ao qual as autarquias não tiveram ainda capacidade de renegociação com o poder central, as obras por administração direta que o município tem vindo a diminuir ano após ano porque há menos recursos humanos, não obstante o empenho e dedicação dos trabalhadores da Câmara Municipal para se conseguir ainda fazer algumas pequenas obras e ainda a iluminação pública sem dúvida, acrescentando que o compromisso do governo em baixar o IVA para as autarquias de 23% para 6% foi esquecido e não se encontra previsto no orçamento de Estado. Concordou que efetivamente ser autarca após o 25 de Abril e especialmente durante o primeiro quadro comunitário de apoio não tem rigorosamente nada a ver com o ser autarca nos dias de hoje onde, muito em breve, os presidentes de câmara e os executivos serão meros joguetes do governo. -----

----- Acerca da linha seguida no orçamento disse ainda mantendo-se esta gestão de diminuição da dívida, que no mandato anterior foi reduzida em seis milhões, daqui a três, quatro anos o peso desta será bem menor e ainda que se se conseguir renegociar os acordos impostos com o Ministério da Educação, com a Águas do Oeste e com a EDP, quem vier a ser eleito podendo ter menos dinheiro terá, no entanto, a capacidade de fazer a gestão do mesmo. Quanto à redução das verbas na área do turismo esclareceu que tem essencialmente a ver com o facto de a atividade “Sal e Templários”, que foi co-financiada pela Direção Geral do Turismo do Ribatejo e que para o próximo ano não será, havendo assim dúvidas de se conseguir ter orçamento para a realizar. -----

----- Por fim reafirmou que, em sua opinião, este é um orçamento realista e lembrou, em jeito de apontamento, que aquando da realização da reunião com todos os vereadores eleitos e a Presidente da Câmara houve um vereador que tinha treze sugestões a apresentar e que não viu aqui nenhuma delas. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Fez questão de dar alguns esclarecimentos acerca das questões faladas designadamente a relação e a cooperação que existe entre a câmara municipal e as freguesias e que é intenção clara manter os apoios às freguesias cumprindo o compromisso que fez com os presidentes de junta e mantendo sensivelmente os mesmos valores de ano para ano. Acrescentou, sobre as receitas das freguesias, que em 2015 as juntas passam a receber, por via legal, parte da receita municipal do IMI retendo 100% do IMI rústico e 1% do IMI urbano. -----

----- No que respeita à educação, mesmo concordando com grande parte daquilo que foi dito, disse que não está disponível para diminuir a qualidade do serviço do apoio que a autarquia presta à educação só porque se considera que o acordo foi um mau acordo e afirmou que, numa altura em que a municipalização é falada, o governo esteja disponível para recuar e voltar a fazer o serviço que agora as autarquias prestam à comunidade escolar. -----

----- No que respeita à Águas do Oeste e à questão das águas informou que o governo está a desenvolver um processo de reorganização do setor das águas e que nesse âmbito os municípios vão ser chamados para se perceber qual é a melhor opção em relação a cada um deles e que, por via dessa audiência, possam vir a ser alteradas as condições do contrato a que atualmente a câmara municipal está vinculada. -----

----- Reafirmou que desde que assumiu funções não foi feito nenhum empréstimo de relevo, com exceção do PAEL de cerca de oitocentos mil euros, e que este serviço da dívida que tem que ser cumprido não foi dívida dos executivos que presidiu, embora considere que nada disso interessa visto o investimento existir e constituir uma mais-valia para o concelho, podendo discutir-se algumas das opções, mas a verdade é que existe e acrescentou que neste momento o equilíbrio das contas municipais é uma prioridade, isto é preparar o futuro para se puderem delinear estratégias e cumprir então os programas eleitorais. -----

----- Terminou agradecendo de forma reconhecida as palavras do Vereador Carlos Nazaré. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que a reunião realizada com todos os vereadores e a presidente foi de extrema importância e que relativamente às propostas que apresentou na mesma não falou na aplicação da lei dos inertes, nem no processo de transferência das sedes sociais, nem no desenvolvimento de uma política fiscal ativa e outras mais, ou seja, a sua preocupação ao intervir nem sequer foi fazer referência às propostas que fez.

Reconheceu ainda que no quadro atual a situação não é fácil e que existe todo um conjunto de situações passadas que estão a bloquear o futuro sendo a sua intervenção feita no sentido de sensibilizar as pessoas desse facto determinante. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com duas abstenções (Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida e Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto) e um voto contra (Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo). -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pelo Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “A nossa posição em relação ao plano e orçamento foi de abstenção. Gostaríamos de ter votado favoravelmente por reconhecimento do trabalho apresentado mas fazê-lo seria, para nós, legitimar o regime jurídico, o regime financeiro das autarquias locais, a lei dos compromissos e uma série de ingerências na administração local, no poder local, da administração central no poder local que não atende à especificidade dos municípios nem à sua autonomia.” -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei contra, seria muito mais fácil para mim abster-me, mas este voto é apenas um sinal de alerta e espero que as modificações que aí vêm, certamente pelo Portugal, pelo PDR 2020, façam com que a CDU possa votar a favor, porque não tenho nenhuma razão para votar a favor deste orçamento.” -----

----- (O Vereador João António Lopes Cadoso ausentou-se da sala durante a discussão e votação do ponto por estar impedido de votar.) -----

----- **PONTO XIII – CONTRATO PROGRAMA PARA O ANO DE 2015 – DESMOR, S.A.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos do artigo 26º do Estatutos da Desmor, EM, SA conjugado com o artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, propor à Assembleia Municipal a aprovação do contrato programa para o ano de 2015 a celebrar entre a Câmara Municipal de Rio Maior e a Desmor, E.M., S.A.. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **DR. CARLOS COUTINHO - DIRETOR EXECUTIVO DA DESMOR, EEM** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Disse que não haverá grandes questões decorrentes deste ponto, este contrato programa integra já a proposta de orçamento e plano de atividades e agradeceu as referências que foram feitas no ponto anterior do orçamento da Desmor. Salientou que

está sempre à disposição para na Câmara ou na Desmor apresentar tudo aquilo que seja necessário para o cabal esclarecimento de qualquer situação. Em relação ao que foi dito acerca dos trabalhadores da Desmor disse que é com muito orgulho que transmitirá a todos, mesmo que não pessoalmente, pelo menos em gesto enquanto desempenhar as funções de administrador e que que tudo aquilo que diz respeito ao sucesso que a Desmor tem atingido nestes quinze anos só é possível pelo conjunto de trabalhadores que têm muita competência para continuar, no futuro, a fazer daquela empresa uma grande empresa. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- (O Vereador João António Lopes Candoso voltou à sala.) -----

----- **PONTO XIV – FERIADO MUNICIPAL 6 DE NOVEMBRO - HOMENAGEADOS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação aprovar a proposta de atribuição de Medalhas Municipais de Mérito, grau prata, às pessoas individuais e coletivas que pelo seu mérito se têm distinguido em diferentes áreas, bem como a entrega de Diploma de Serviço Público aos trabalhadores da Câmara Municipal de Rio Maior e Desmor, EM, SA, que se aposentaram no ano de 2013. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Manifestou o seu agrado por esta proposta de homenageados ser presente à Câmara antes da realização das cerimónias do feriado municipal dando assim a oportunidade de se conhecer antecipadamente este conjunto de pessoas e entidades. Sugeriu ainda, se possível, que no próximo ano pudesse ser dada a oportunidade de colaborarem nesta proposta em reunião prévia. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Registou a importância de valorizar pessoas e entidades, sem fazer juízos acerca dos que foram indicados, e também a importância de todo o executivo municipal saber antecipadamente quem são. Deixou também a sugestão de aos vereadores da oposição ser dada a oportunidade de indicar alguns nomes para ponderação tornando esta gestão mais participativa. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto da **Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Voto favoravelmente, contudo, entendo que também está a chegar o momento em que devem ser repensados os critérios definidos para a atribuição das medalhas e muito bem pensado o que se pretende com estas homenagens.” -----

----- PONTO XV – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO CINETEATRO – ATUALIZAÇÃO DE TABELA DE TAXAS -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da alínea k) do n.º1 do artigo 33º e das alíneas b) e g) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I à lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de alteração ao Regulamento do Cineteatro – Atualização de Tabela de Taxas. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO -----

----- Esclareceu que esta alteração se deve à necessidade de mudança do equipamento de projeção com a valência de projeção a 3D e à criação de um novo preço para a aquisição dos óculos usados na visualização dos filmes que estarão disponíveis para venda. -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Congratulou-se com o facto de Rio Maior poder usufruir de projeção a 3D e concluiu que esta adequação tem a ver com isso mesmo não lhe parecendo que os aumentos sejam significativos e que se trata de um benefício. Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- PONTO XVI – ESCOLA SECUNDÁRIA DE RIO MAIOR - TRANSPORTE ESCOLAR DOS CURSOS PROFISSIONAIS -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é assegurar as despesas de transporte escolar no valor de 11.864,40 € (onze mil oitocentos e sessenta e quatro euros e quarenta cêntimos), referente à comparticipação a 100% dos alunos que frequentam os cursos profissionais na Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira, conforme mencionado na informação. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO -----

----- Iniciou por dizer que tal como foi já referido as escolas profissionais têm usufruído de uma série de benefícios entre eles os custos totais dos transportes e que também as escolas secundárias, através do POPH, têm beneficiado dessa valência para os alunos que as frequentam. Contudo, esclareceu que as escolas foram informadas que teriam que suportar alguns dos custos com o dinheiro do POPH o que originou que ficasse em falta parte do montante global para os transportes escolares e, em face

disso, foi solicitada a ajuda do município com a apresentação detalhada do valor em falta e que aquilo que agora se propõe é que a Câmara Municipal suporte estes custos no pressuposto que quando a escola receber a verba a voltará a transferir para o município, à semelhança daquilo que outros municípios já decidiram também. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Afirmou que mais uma vez o poder local vem corrigir injustiças provocadas pela administração central alterando as regras e critérios no acesso aos transportes dos alunos e que determinaram a opção de muitos alunos por determinada escola e que se não fosse a autarquia neste momento, sem qualquer obrigação ou enquadramento, as famílias teriam que pagar. Considerou que se trata de mais um abuso e indicou o sentido de voto como favorável para que os alunos possam ter condições dizendo que terá que ser pensada uma forma para que a atribuição de benefícios sejam igual nas escolas de maneira a não criar desigualdades e injustiças. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que este é mais um dos casos em que a má gestão do Estado e que mais uma vez o município tem que ir em socorro das famílias cumprindo aquilo que devia ser o Estado a fazer e, neste âmbito, chamou ainda à atenção da discriminação negativa que é facto de os alunos das escolas profissionais terem bolsas para a sua formação e aqueles que andam no regime normal não terem originando desigualdades. Indicou o sentido de voto como favorável mas não sem dizer que está na altura de o governo cair. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XVII – BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR – DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS CANDIDATURAS NO ANO LETIVO 2014/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a concessão de um total de dez bolsas no corrente ano letivo de 2014/2015, no montante total de cada bolsa equivalente a quatrocentos e noventa e cinco euros; Que o período de candidaturas para renovação das bolsas atribuídas no ano de 2013/2014 ocorrerá entre os dias 10 a 29 de novembro e que o período para as novas candidaturas ocorrerá em data posterior ao definido anteriormente, em data a agendar, e cumpridos que estejam os procedimentos de análise dos pedidos de renovação; e que a Comissão de Análise para o ano letivo de 2014/2015 será constituída por Aldina Martins Bonifácio Santos, Chefe de Unidade; Henrique Manuel Moraes Granada, Dirigente de Grau Intermédio e Sónia Catarina Marcelino dos Santos Rebocho,

Técnica Superior, enquanto elementos efetivos, e por Ana Maria Goucha Natálio, Técnica Superior e Cidália Maria de Jesus Rosa, Coordenadora Técnica, enquanto elementos suplentes e, ainda, que o prazo para esta Comissão iniciar os procedimentos de apreciação será de dez dias após o término do período de candidaturas. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse estar de acordo com mais este contributo do município e questionou o porquê de serem dez quando o ensino superior em Rio Maior tem já algum significado e a crise está a refletir-se impedindo muitos jovens de frequentar o ensino superior sem ajuda. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que o número de bolsas está diretamente relacionada com a verba que a câmara pode disponibilizar para o efeito. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XVIII – CONTRATOS PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO CULTURAL E JUVENIL 2014 - PROPOSTA VALORES E APROVAÇÃO DE MINUTA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar as minutas dos Contratos-Programa de desenvolvimento desportivo, cultural e juvenil, a celebrar com as coletividades do concelho de Rio Maior, bem como aprovar a comparticipação financeira anual, respeitante ao ano de 2014 no montante global de 70.000,00€ (setenta mil euros), nos termos dos quadros constantes na referida informação. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Afirmou que este é um aspecto que considera muito importante para o concelho de Rio Maior e que contrariamente ao que se teima em afirmar o movimento associativo não é subsídio dependente e que, inclusive, o exemplo acabado do sucesso de parcerias e associação com o movimento associativo é que a maior realização do concelho de Rio Maior feita pelas coletividades, que são as tasquinhas, e que a ousadia e a direção provavelmente será propor outros eventos feitos com as coletividade e em várias áreas, nomeadamente na economia social que é hoje um plano fundamental, numa feira do empreendedorismo, numa feira do movimento associativo ou na realização de outros trabalhos em que sai melhor porque o movimento associativo está mais próximo para o fazer que a própria câmara municipal. -----

----- Questionou acerca do montante que o movimento associativo, cultural, desportivo e recreativo vai receber em 2014 e se este é apenas aquele que é possível e também acerca dos critérios utilizados já que se verifica que uma das associações foi criada apenas em março e já tem um contrato programa. -----

----- Outro dos aspectos que fez questão em referir é a criação do gabinete de apoio ao associativismo porque considera que a câmara em, e vai continuar a ter, condições de se aproximar das coletividades fazendo o que já não à condições para fazer, como o acesso a fundos comunitários, criando parcerias com as IPSS e tudo o que tenha a ver com economia social para se poder ir buscar todos os financiamentos que houverem e fazer projetos e candidaturas. Indicou o sentido de voto como favorável sendo certo que considera que esta é uma das coisas que a governação da maioria, a governação da câmara municipal, devia de escolher para vetor para o desenvolvimento mais sustentado e equilibrado das freguesias, da cidade porque hoje, em muitos lugares das freguesias, a única instituição que funciona é a coletividade. ----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Esclareceu que os valores que estavam em orçamento e que foram distribuídos às associações resultou das candidaturas das próprias e foram atribuídos pelos técnicos de acordo com o regulamento existente e que se há associação que foi criada em março que se candidatou e cumpria todos os requisitos necessários constantes do regulamento, teve que ser contemplada, sendo que os valores, como para todas, depende das atividades que apresentam. -----

----- Concordou que a atividade das associações é muito mais do que o subsidio que se atribui e que nestes novos tempos a câmara municipal estará disponível para ajudar as mesmas a candidatarem-se a fundos comunitários e a outros programas que estão já a decorrer incluindo aqueles que são feitos diretamente para Bruxelas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIX – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO USO DO FOGO E DA LIMPEZA DE TERRENOS PRIVADOS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da alínea k) do n.º1 do artigo 33º e da alínea g) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de alteração ao Regulamento do uso do fogo e da limpeza de terrenos privados. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Informou que se trata de uma situação muito simples e que vem alterar um dos artigos onde se previa que aquando do licenciamento teria que ser entregue uma declaração dos bombeiros em como tinham conhecimento da situação sendo esta desnecessária porque a própria câmara, após licenciar, terá que dar conhecimento aos bombeiros. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que era compreensível e que não faz realmente sentido, porque como se pode retirar dos documentos os bombeiros nunca vão dar parecer e a responsabilidade do licenciamento é da câmara municipal e assim sendo não será necessário obrigar à apresentação de um documento sobre uma situação para a qual os bombeiros não tinham sequer que dar parecer. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- (O Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo ausentou-se da sala durante a discussão e votação do ponto XX por estar impedido de votar por fazer parte de umas das entidades visadas.) -----

----- **PONTO XX – FEIRA NACIONAL DA CEBOLA - FRIMOR 2014 - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS A ENTIDADES DIVERSAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar o apoio financeiro e a respetiva transferência de verbas, às associações que estiveram presentes na Feira Nacional da Cebola – FRIMOR 2014. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- (O Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo voltou à sala.) -----

----- **PONTO XXI – SERVIÇOS DE APOIO À FAMÍLIA - PROPOSTA DE ANULAÇÃO DE DÍVIDA** ---

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é determinar a anulação da dívida dos alunos Leonardo Rodrigues Monteiro e Davi Rodrigues Monteiro, no valor de 482,76 € (quatrocentos e oitenta e dois euros e setenta e seis cêntimos), referente ao serviço de refeições e atividades de animação e apoio à família, ano letivo 2012/2013. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Considerou que este ponto e o próximo dão a verdadeira dimensão da realidade e que é apenas a ponta do iceberg porque quem está nas escolas percebe perfeitamente do que se trata, não só de Rio Maior mas em todo o país, quer da emigração que nem sequer tem dinheiro para regressar, quer da ausência da estrutura familiar, quer dos pais que saem, quer das mães que saem, quer dos avós que têm de ficar e a quem a sociedade portuguesa deve muito da sua coesão social. Considerou que esta política de direita não tem nenhum respeito pelos idosos e pelas crianças e felizmente que existem as autarquias que são sensíveis a estas situações porque conhece, no local onde trabalha, muitas dificuldades para responder ao mínimo da dignidade humana. Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XXII – VISITAS DE ESTUDO ANO LETIVO 2014/2015 - ESCOLHA DE PROCEDIMENTO/APROVAÇÃO DE PEÇAS DE PROCEDIMENTO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar a despesa no valor 6.885,00 € (seis mil, oitocentos e oitenta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, para a realização das visitas de estudo - ano letivo 2014/2015 (2º e 3º períodos), conforme discriminado na informação em apreço, bem como autorizar a abertura do procedimento e aprovar o respetivo caderno de encargos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

Questionou o porquê de o número de visitas de estudo ser diferente para cada uma das escolas. Disse ainda que é sua convicção de que para se conseguir prestar melhores serviços a custos mais baixos nos transportes terá que refletir seriamente na possibilidade de dotar a câmara de meios próprios. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Esclareceu que uma das escolas tem mais uma turma e consequentemente mais uma visita de estudo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Fez um parêntesis para informar que será constituída dia 3 de novembro, por escritura pública, a nova Associação do Vale do Tejo para fins específicos que vem substituir a assembleia distrital. -----

----- **PONTO XXIII – SUPLEMENTOS ALIMENTARES – ANO LETIVO 2014/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é apoiar a atribuição de um

suplemento alimentar (lanches) a alunos provenientes de famílias de baixos rendimentos, conforme quadro anexo à proposta. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Reafirmou a importância do poder local numa altura em que se vê tanta falta de alimentação que o próprio, enquanto professor, pode testemunhar e afirmou que existem atualmente crianças que só comem condignamente na escola e que o número aqui apresentado é apenas uma franja do problema. Considerou que isto impõe, do ponto de vista da consciência cívica e ética, muito mais do que a consciência política ou partidária, a necessidade de acolher, de resolver, de não fazer propaganda com isto em respeito pela dignidade das pessoas, mas nunca deixando de acusar este governo desta situação. Disse que não se pode deixar passar este tipo de situação em branco porque se trata dos filhos, dos netos, dos familiares de todos e que hoje se passa com a comida mas casos há em que também a higiene pessoal das crianças está comprometida por falta de possibilidades dos pais para pagar a água ou o gás. Indicou o sentido de voto como favorável afirmando que nunca se cansará de denunciar os causadores destas situações. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Todas as intervenções do público foram transcritas na íntegra. -----

----- **SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS – RIO MAIOR** -----

----- “Senhora presidente, Senhores Vereadores, público a assistir, os meus cumprimentos. Senhora Presidente, vou só aqui comentar o essencial que já não são bem horas para grandes comentários e para grandes coisas. Senhora Presidente, quero dizer que, e gostava também de dizer que, gostava também de lhe pedir que esta intervenção ficasse gravada. Senhora Presidente, é só para dizer que ao fim de ano e meio recebi comunicação oficial da câmara sobre este assunto e a comunicação oficial da câmara foi uma carta dirigida à minha pessoa que diz assim: «Prolongamento da Avenida Marechal Humberto Delgado – Rio Maior - Aquisição de parcela. Considerando o tempo decorrido sem que tenha obtido consenso relativamente a aquisição das parcelas necessárias à execução da obra

supramencionada, serve a presente para solicitar que até ao próximo dia 30 de outubro informe esta câmara municipal sobre a posição atual de vossa excelência relativamente ao assunto em apreço.» Gostava de saber se os Senhores Vereadores receberam resposta ou não a esta comunicação. Não receberam resposta. Eu respondi, eu respondi, eu respondi em carta enviada no dia 14 de outubro de 2014 da seguinte forma: «Senhora Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, para conhecimento de todos os vereadores. Assunto: Prolongamento da Avenida Marechal Humberto Delgado. Excelentíssimos senhores, a resposta ao solicitado pelo Senhor Vereador Carlos Correia, carta enviada em 8-10-2014, referência 5984, venho informar que estou disponível para prestar todas as informações sobre o assunto descrito presencialmente perante todos os vereadores, aos que demonstrem interesse nessa informação. Deixo ao vosso critério o agendamento da respetiva reunião. Para mais fácil agendamento sugestiono antes, durante ou após uma reunião de câmara. Esta sugestão não invalida outras hipóteses que possam ir ao encontro do interesse do município. Com os melhores cumprimentos aguardo vossa comunicação.» -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Durante a intervenção do Senhor Nuno Lucas informou que comunicação igual foi enviada para a outra parte igualmente assinada pelo Vereador Carlos Frazão e também que até à data quem agenda reuniões ainda é a Presidente da Câmara e os Vereadores. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Disse lembrar-se precisamente e que gostava que todos reflectissem sobre a situação porque a Câmara andou à volta com esta situação e decidiu por unanimidade pedir por escrito o ponto da situação a cada uma das partes para saber exatamente quais seriam os passos seguintes. Concluiu assim que a carta seguiu rigorosamente como foi decidido e a resposta que foi dada não é efetivamente uma resposta. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Voltou a frisar que foi decidido na Câmara, por todo o executivo municipal, pedir a cada uma das partes que fizesse o seu ponto de situação por escrito. -----

----- **SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS – RIO MAIOR** -----

-----“Senhora Presidente foi pedido que informe esta Câmara Municipal sobre a posição atual de vossa excelência relativamente ao assunto em apreço, e eu quero informar, porque não me foi pedido por escrito e o meu ponto da situação e a minha opinião sobre este assunto, eu quero informar presencialmente, de uma maneira correta, de uma maneira civilizada e de uma maneira que todos possam perceber. Agora quem indica a forma como eu explico a minha opinião penso que ainda sou eu.”-

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Disse que o espírito da decisão e a sua convicção era que a resposta devia ser dada por escrito no prazo definido porque foi esse o sentido daquilo que foi decidido. Acrescentou que não estando definido na comunicação a forma de resposta e o prazo pode até ser o próprio a decidir mas que a decisão da Câmara foi de que seria por

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Informou que após a resposta do Senhor Nuno Lucas, lhe foi enviada nova comunicação dizendo que, e citou: «não tendo respondido ao solicitado e tendo em consideração o tempo decorrido tem que tenha sido obtido consenso nas negociações havidas entre vossa excelência e a empresa Fozmassimo com vista ao prolongamento da via acima referida, solicita-se uma vez mais que se pronuncie, por escrito, até ao próximo dia 30 de outubro sobre a vossa posição atual relativamente ao assunto em apreço.» Questionou ao Senhor Nuno Lucas se já respondeu visto ter recebido o ofício dia 15 de outubro e o dia 30, limite do prazo, já ter passado. -----

----- SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS – RIO MAIOR -----

----- “Esta foi a segunda carta que recebi. Eu nem se quer vou responder a esta carta porque para já a Fozmassimo, a Fozmassimo não é aqui perdida nem achada neste processo, já foi, não é. Segundo, se é para eu responder à Câmara e na opinião do Senhor Vice Presidente quando ele quer a Câmara são os sete vereadores, quando ele não quer a Câmara é ele que decide, eu estou disponível, assim como disse na carta, para responder presencialmente à Câmara, aos sete vereadores caso tenham interesse, se não tiverem interesse respondo aqueles que tiverem interesse, não tem problema nenhum por causa disso. Senhora Presidente, presentemente e dado o adiantamento da hora dispenso mais comentários.” -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Disse que este processo tem sido conduzido pelo Senhor Vice Presidente que fez seguir na mesma data e o mesmo ofício para as partes e que no dia 24 deu entrada a resposta da outra parte interveniente e que certamente a intenção seria aguardar que chegasse a resposta do Senhor Nuno Lucas para reunir o todo o executivo municipal. Solicitou por isso que pudesse ser respondido por escrito para que o executivo possa reunir e decidir a situação. -----

----- SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS – RIO MAIOR -----

----- “Senhora Presidente, em não vou responder por escrito a uma coisa que está aqui dúbia, a uma situação que está aqui completamente desfasada da realidade porque a Fozmassimo não é perdida nem achada neste assunto, a responsabilidade é de um fundo social, é de um fundo financeiro.” -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Questionou com que entidade foi assinado o protocolo inicial. -----

----- **SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS – RIO MAIOR** -----

----- “O protocolo inicial foi com a Fozmassimo, toda a gente sabe, toda a gente sabe, que o processo se transferiu, toda a gente sabe, está em escritura pública que a responsabilidade daquele protocolo, daquele malfadado protocolo, que não é da responsabilidade da Fozmassimo, toda a gente sabe, toda a gente os que estão envolvidos neste assunto, todos sabemos disso e não vale a pena taparmos o sol com a peneira porque toda a gente sabe.” -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

Disse que a passagem de posição da entidade não deve constituir um impedimento e mais um adiamento da situação e que o próprio Senhor Nuno Lucas podia fazer essa referência de que já não é a Fozmassimo a parte interessada porque desconhece quais são os contactos que têm tido ao longo dos tempos, e voltou a pedir que a resposta fosse por escrito para que o executivo possa reunir e decidir. -----

----- **SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS – RIO MAIOR** -----

----- “Não Senhora Presidente, eu já respondi e estou disponível para responder presencialmente porque não vou mais em jogos de cartas, não vou mais em jogos de recados, não vou mais em jogos destes e agora a responsabilidade fica vossa, a decisão fica vossa, pronto, eu não vou mais em jogos destes.” -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Reafirmou que aquilo que foi decidido por unanimidade para se poder dar seguimento à situação pedir-se por escrito respostas consideradas necessários e que, na sequência disso, as entidades e as pessoas são livres de responder ou não, porque quem decide a forma de resolver o problema é a Câmara, o munícipe pode conformar-se ou não. Mais uma vez disse que a forma de resposta decidida pela Câmara tem como finalidade que o executivo esteja em posse de todos os elementos e informações das partes para tomar uma decisão informada, por escrito, e se efetivamente não houver resposta nos termos solicitados, não foi cumprido aquilo que a Câmara pediu e a partir daí sente-se completamente à vontade para tomar as decisões com vista a resolução definitiva do processo na defesa do interesse municipal. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Considerou que mesmo por se tratar de um processo complexo e cheio de divergências seria importante que a posição de todas as partes estivesse por escrito para não haver qualquer dúvida. -----

----- SENHOR NUNO FERREIRA LUCAS – RIO MAIOR -----

----- “Senhora Presidente, a minha posição está mais que escrita ao longo destas reuniões todas.” -----

----- ENCERRAMENTO -----

----- Quando eram catorze horas e vinte minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi.-----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS: _____